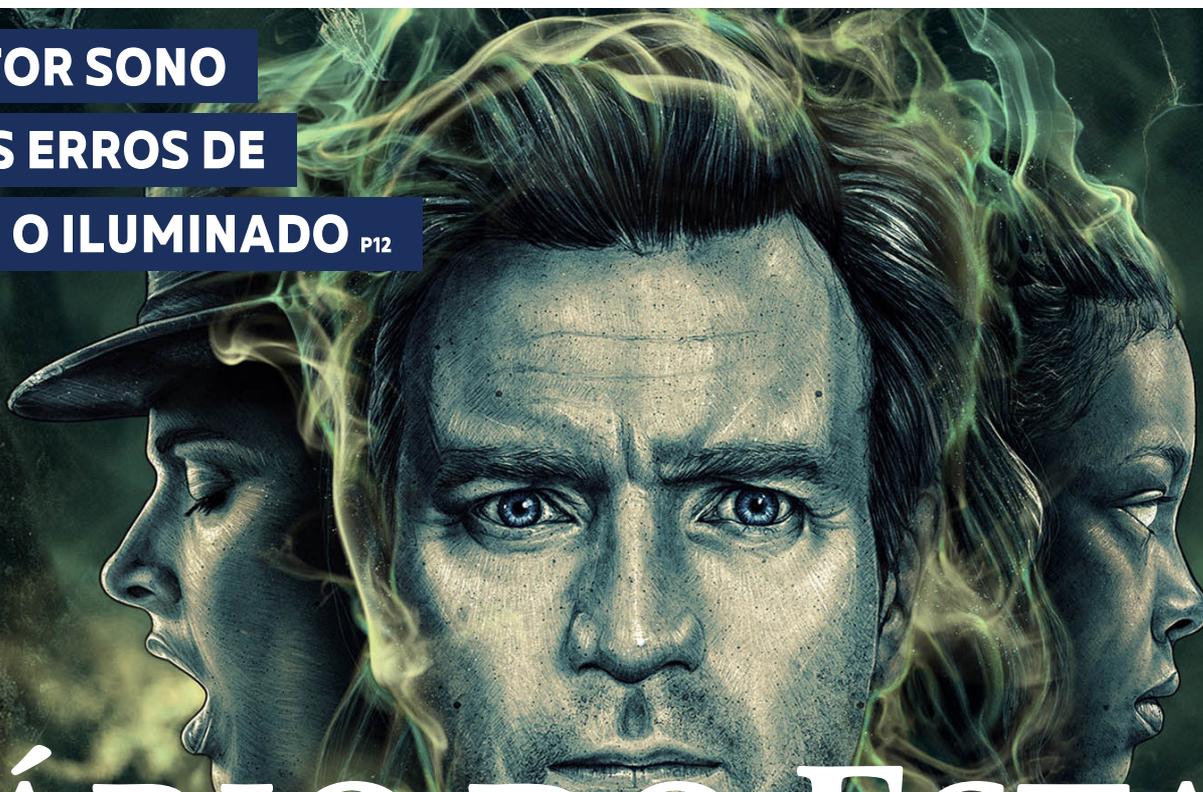


COMO DOUTOR SONO
CORRIGIU OS ERROS DE
KUBRICK EM O ILUMINADO P12



DIÁRIO DO ESTADO

Brasil, Quarta-feira, 10 de Julho de 2024 · Ano 18 · nº 3516 · Fundado em 11 de Março de 2005 · diariodoestado.com.br · R\$1,50

Câmara aprova urgência de texto sobre impostos da reforma tributária

Por 322 votos favoráveis e 137 contrários, a Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (9) o requerimento de urgência para a votação do Projeto de Lei Complementar de Regulamentação da Reforma Tributária (PLP 68/24). O relatório final foi apresentado na semana passada pelo grupo de trabalho composto por deputados federais para analisar o texto proposto pelo governo federal ainda em abril. **p4**



EM 18 MESES, O PROGRAMA
MAIS MÉDICOS CRESCER
QUASE 50% EM GOIÁS P4

MOBILIDADE

Serviço de aluguel de bicicletas compartilhadas deve ser retomado em Goiânia nos próximos meses

VIRAL

Carlos Acutis: 'Influencer de Deus' será 1ºsanto "millennium" após Vaticano reconhecer segundo milagre

POLÍTICA

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre porte de maconha demanda novos procedimentos

SEGURANÇA

Segurança Pública: Daniel Vilela: "Goiás se consolida como estado mais seguro do Brasil"

(62) 3010-4014

(62) 98219-1904

/diariodoestado

jornalismo@diariodoestado.com.br



Serviço de bicicletas compartilhadas pode ser retomado em Goiânia

REDAÇÃO

A Prefeitura de Goiânia publicou decreto que estabelece regras para o serviço de bicicletas e patinetes compartilhadas na capital. O documento também cria uma comissão especial para coordenar o chamamento público de empresas interessadas em explorar a atividade na capital.

O documento traz regras acerca da instalação de estações compartilhadas de bicicletas e patinetes em espaços e logradouros públicos na cidade, a disponibilização e o recolhimento dos equipamentos, bem como as normas a serem respeitadas pelos usuários. Uma das principais novidades trazidas pelo decreto é a promoção da integração do serviço com as demais redes e modais de transporte do município, sobretudo o sistema de transporte coletivo.

De acordo com o decreto, além de atender às normas definidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), as bicicletas compartilhadas somente poderão circular em ciclovias, ciclofaixas e ci-



Reprodução

clorrotas, obedecendo a velocidade limite de 25 km/h. Já as patinetes elétricas, além dos espaços destinados às bicicletas onde deve trafegar com até 20 km/h, também têm permissão para circular em áreas voltadas ao trânsito de pedestres, porém com velocidade máxima de 6 km/h.

Além disso, deverão ser dotadas de indicadores de velocidade, campanha e sinalização noturna, dianteira, traseira e lateral. No caso das bicicletas elétricas, também devem possuir espelhos retrovisores em

ambos os lados, e os usuários devem fazer uso obrigatório do capacete de ciclista.

Outra regra trazida pelo decreto diz respeito ao estacionamento dos equipamentos, que não podem obstruir as calçadas, pontos de táxi e rebaixos de meio-fios e calçadas, ciclovias, ciclofaixas, ciclorrotas e pistas de caminhada. Além disso, eles não podem ocupar vagas de estacionamento destinadas a idosos, pessoas com deficiência e outras que possuam regu-

lamentação especial, nem ser deixadas em mobiliários urbanos, como hidrantes, paradas de ônibus, caixas de serviços e postes.

CHAMAMENTO

O decreto publicado, no Diário Oficial do Município, também apresenta uma novidade em relação à forma de autorização para a prestação do serviço na cidade. A partir de agora a disponibilização do serviço será realizada por empresas previamente credenciadas junto ao mu-

nicipio, escolhidas mediante edital de chamamento público que deverá ser publicado nas próximas semanas pela administração municipal.

Para isso, foi instituída uma Comissão Especial de Contratação, composta pelo Planejamento Urbano e Habitação (Seplanh), Mobilidade (SMM), Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo (CMTCC) e Procuradoria Geral do Município (PGM), para execução da licitação voltada ao credenciamento de empresas interessadas em realizar a atividade na capital.

As empresas interessadas poderão apresentar propostas para execução do serviço de compartilhamento de equipamentos, por meio de plataforma tecnológica, com ou sem estação física para disponibilização ou recolhimento dos equipamentos. As estações de compartilhamento, como são chamadas, poderão ser instaladas em praças, parques ou logradouros públicos, terminais do transporte coletivo, faixas destinadas ao estacionamento de veículos em vias públicas, passeios públicos e outras áreas de interesse público.

Roubo de veículos registra queda de 93,7% em Goiás desde 2018, diz governo



REDAÇÃO

A Secretaria de Segurança Pública divulgou, nesta segunda-feira (9), um comparativo dos casos de violência entre 2024 e 2018. Um desses índices é o de roubo de veículos, que caiu 93,7% no período.

De acordo com a SSP, houve redução em todas as modalidades de crime: roubo de carga (-97,6%), roubo a transeunte (-88,5%), roubo em comércio (-88,3%), latrocínio (-84,7%), roubo em propriedade rural (-78,2%), homicídio doloso (-57,2%), lesão seguida de morte (-45,8%) e furto em propriedade rural (36,9%).

O secretário de Segurança Pública, Renato Brum, enfatiza que o controle da violência é "algo real, efetivo e pleno". Entre os pontos de destaque, ele detalha o trabalho contra os feminicídios, que segundo ele caíram 37,5% no estado, na comparação entre o primeiro semestre deste ano e o mesmo período de 2023. "Nós praticamente triplicamos o acompanhamento das medidas protetivas".

Para o governador Ronaldo Caiado, o resultado é um reflexo direto da política de responsabilidade fiscal, que permite o pagamento em dia dos servidores, assim como a garantia de isonomia e evolução na carreira, além da compra de equipamentos e armamentos. "Cada vez mais, tenho que reconhecer a eficiência das nossas forças", complementa.

Coqueluche: saúde alerta a população sobre importância de vacinação

REDAÇÃO

A Prefeitura de Goiânia alerta a população sobre a importância da vacinação contra a coqueluche. O alerta se dá diante de surto da doença em escola privada da capital goiana, onde cinco casos já foram confirmados. É considerado surto após três casos em um mesmo local.

Equipes do Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (Cievs) da SMS estiveram na escola na última semana, antes das férias escolares, para investigar os casos e orientar sobre



a importância da caderneta de vacinação atualizada.

A vacinação, usada no controle da doença, é feita primeiro com a pentavalente, que tem esquema vacinal composto por três doses (aos

2, 4 e 6 meses de vida). Depois, são necessários reforços com a vacina DTP (difteria, tétano e coqueluche) aos 15 meses e aos 4 anos. O último registro da doença em Goiânia foi um caso em 2021.

A DOENÇA

A coqueluche é uma doença infecciosa aguda, que compromete especificamente o aparelho respiratório e se caracteriza por sintomas como tosse seca,

febre e cansaço, que podem levar a complicações, como pneumonia, desidratação e paradas respiratórias. A infecção pode durar de 6 a 10 semanas.

O último pico de coqueluche no país aconteceu em 2014. Entretanto, a queda expressiva verificada nas coberturas vacinais desde 2016 tem preocupado as autoridades de saúde e aumenta a necessidade de manter a imunização em dia. A cobertura vacinal em Goiânia é de 61,9% do público alvo. O preconizado pelo Ministério da Saúde (MS) é cobertura vacinal acima de 90%.

DIÁRIO DO ESTADO

www.diariodoestado.com.br

FALE CONOSCO: (62) 3010-4014

DIRETOR ADMINISTRATIVO: Ernesto Guevera
EDITOR DE ARTE: Henrique Portilho
EDITOR EXECUTIVO: Bruno Vieira

jornalismo@diariodoestado.com.br

COMERCIAL

(62) 3095-1241 · 3093-3847 · 3095-1057
3095-6527 · 3095-2635 · 3095-7549
comercial@diariodoestado.com.br

SEDE: Rua 109, Nº 36, Setor Sul,
Goiânia - Goiás · CEP: 74.085-090
Tiragem: Atende a Lei Estadual nº 17.928/12
Circulação: Estado de Goiás · CNPJ: 24.946.442/0001-93

Edição digital
certificada: ICP
Brasil



PODER

DIÁRIO DO ESTADO



PRESIDENTE DA CÂMARA, ROMÁRIO POLICARPO TENTA VALORIZAR PASSE DO PRD JUNTO A SANDRO MABEL

Pré-candidato a prefeito de Goiânia, o empresário Sandro Mabel (UB) parece ter entendido o “recado” passado, neste final de semana, pelo presidente da Câmara, Romário Policarpo (PRD), e compareceu à sede do Legislativo nesta terça-feira, 9. Romário “cogitou” levar seu PRD para a pré-campanha à reeleição do prefeito Rogério Cruz (SD); e entre os argumentos, o de que tem indicações no primeiro escalão do Paço Municipal.

O PRD, assim como PSB, Agir, PMB e Avante, integra (ou integrava) um bloco articulado pelo presidente da Assembleia, Bruno Peixoto (UB), para fortalecer sua pré-candidatura a prefeito. Mas fato é que Avante e Agir já protagonizaram eventos recentes em que declararam apoio a Sandro, ao passo que o PSB é dado como certo na chapa da pré-candidata Adriana Accorsi (PT) via costuras feitas em âmbito nacional.

Vendo então que seu PRD correria o risco de ter seu passe desvalorizado, já que as demais legendas daquele bloco já seguiram seu rumo,

houve então esta “ameaça” pública de compor com Rogério – segundo avaliações do QG de campanha de Mabel – que, diga-se de passagem, não exonerará, pelo menos não por agora, indicados de Romário Policarpo sob pena de ter mais problemas do que os que já tem.

Para demonstrar que está disposto a trabalhar pelo maior número de aliados possíveis em torno do seu projeto, Sandro foi hoje à Câmara, onde conversou com o presidente da Casa. Aliás, sua ida foi no mesmo dia em que CCJ deu sinal verde para votação do projeto de autoria do Executivo que permite a prefeitura vender 76 áreas públicas. Ele diz ser contra a matéria e afirma que os espaços podem ser usados para construção de CMEIs e unidades de saúde. A tramitação do projeto em plenário – incluindo aí se entrará em pauta antes ou somente depois do recesso dos vereadores – será um bom indicativo de quão produtiva foi a conversa entre Romário e Mabel • **Thiago Maques**

DOBRADINHA MDB E UNIÃO BRASIL ALASTRA-SE NO ESTADO E CHEGA TAMBÉM A ITABERAI



O que foi preconizado há mais de um ano pelo vice-governador e presidente do MDB em Goiás, Daniel Vilela, tem se concretizado no interior do estado durante a formatação de alianças com vistas às eleições municipais de 2024. Segundo o líder emedebista, seu partido daria prioridade à composição com o União Brasil do governador Ronaldo Caiado – seja para ocupar a cabeça de chapa, seja para indicar o pré-candidato a vice-prefeito.

Assim caminha, por exemplo, em Itaberaí – além de tantos outros municípios. A prefeita Rita de Cássia, que vai à reeleição filiada ao UB, deve ter ao seu lado neste pleito o vereador Adilson Cardoso, do MDB, nome respaldado pela direção do

partido naquela cidade.

Contam a favor do emedebista o fato de ele estar em seu terceiro mandato como vereador, além de já ter sido vice-prefeito de Itaberaí. Em 2020, ele disputou eleição para deputado estadual e obteve quase dez mil votos somente naquele município. Portanto, a avaliação do MDB local é que Adilson tem experiência administrativa e uma “boa bagagem” de votos a serem despejados na campanha de Rita de Cássia.

Aliás, até o momento desponta como principal adversário da prefeita um representante do Partido dos Trabalhadores (PT). Trata-se de Pedro Daniel, o “Pedro da Agrodan”, com atuação no setor agropecuário • **Thiago Maques**

MDB DECLARA APOIO A IZAURA CARDOSO E GRUPO DE PELLOZO ACENDE ALERTA VERMELHO



Para evitar o risco de perder em uma cidade eleitoralmente importante em Goiás como Senador Canedo, a base governista de Ronaldo Caiado (UB) fez mais uma manobra política na tarde desta segunda-feira, 8. O MDB do vice-governador Daniel Vilela declarou apoio à pré-candidata do PSD no município, a esposa do senador Vanderlan Cardoso, Izaura Cardoso. O ex-prefeito de Aparecida de Goiânia, Gustavo Mendanha, marcou presença no evento do lançamento da pré-candidatura da pessedista no início da noite de ontem. Em troca, o MDB selou a aliança com o PSD em Aparecida de Goiânia para apoiar o projeto po-

lítico de Leandro Vilela.

Toda essa movimentação do MDB em Senador Canedo acendeu um alerta no QG político do prefeito Fernando Pellozo (UB), que é pré-candidato à reeleição. Existe um receio que o grupo do governador Ronaldo Caiado possa fazer com o prefeito o que fez com Vilmar Mariano (UB) e também retirá-lo da disputa. Com a boa aprovação do pré-candidato do PSDB, o ex-prefeito Divino Lemes, nas pesquisas em Senador Canedo, o objetivo é conter o avanço da oposição na eleição municipal para dar sustentação aos projetos de Daniel Vilela e da família Caiado para 2026 • **Tainá Borela**

GRANDES SONHOS
REALIZADOS EM
PEQUENAS PARCELAS

PARCELAS A PARTIR DE
R\$ 8,00 POR DIA!

- ▶ NÃO PAGUE JUROS
- ▶ PREÇOS QUE CABEM NO SEU BOLSO



62 3607-7332 62 98269-1933

AV. ANHANGUERA, 3559 - SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO, GOIÂNIA - GO, 74610-010

CONSORCIO
CICAL

ATACADÃO DAS LENTES

LABORATÓRIO PRÓPRIO

Qualidade com o Menor Preço



- ✓ ÓCULOS SOLARES
- ✓ LENTES PARA ÓCULOS
- ✓ LENTES DE CONTATO
- ✓ ARMAÇÕES PARA ÓCULOS

PREÇO DE ATACADO

(62) 3945-1950 / 99244-2975 / 98270-4676

Av. Anhanguera nº 5110, Sl. 302, Ed. Moacir Teles, Goiânia/GO
(ao lado da Praça do Bandeirante / Prédio do Banco Santander)



Em 18 meses, o Programa Mais Médicos cresceu quase 50% em Goiás

REDAÇÃO

Goiás registrou um crescimento de 48,5% no número de profissionais em atividade no programa Mais Médicos. Em 18 meses, o total saltou de 499 para 741. O número de profissionais do Mais Médicos (PMM) em atividade aumentou em 93,83% em todo o Brasil desde o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de janeiro de 2023 a junho de 2024. Atualmente, 24.894 médicos e médicas atendem no país. São 12.051 profissionais a mais que o registrado em dezembro de 2022.

Do total de médicos e médicas ativas em Goiás, 705 são brasileiros (95,14%), 55,06% são mulheres; 348 profissionais têm entre 30 e 39 anos. Há uma vaga do programa ocupada por indígena, enquanto 34,55% são pretos ou pardos e 58,43% são brancos. Quanto ao tipo de equipe e



Divulgação

onde estão alocados os profissionais do Mais Médicos, 740 integram equipes de Saúde da Família (eSF) e 438 estão em regiões de médio ou alto Índice de Vulnerabilidade da Saúde (IVS).

A capital do estado, Goiânia, registrou um crescimento de 15% no programa e conta agora com 60 médicos e médicas, recebeu 18 novos

profissionais entre janeiro de 2023 e junho de 2024. Em dezembro de 2022, eram 42.

NACIONAL

Em dezembro de 2022, 12.843 profissionais estavam na ativa. Desde 2023, com a recomposição, o Governo Federal quase dobrou a quantidade de profissionais e implementou melhorias no modelo.

No início de julho, o Ministério da Saúde anunciou um novo edital para a contratação de 3,1 mil profissionais. A seleção traz, de forma inédita, vagas no regime de cotas para pessoas com deficiência e grupos étnico-raciais, como negros, quilombolas e indígenas.

“O Mais Médicos é uma realidade e faz a diferença. Quando assumimos o gover-

no, havia ainda 12 mil médicos. Com esse edital, nós retomamos a meta dos 28 mil médicos. Pela primeira vez o edital é feito seguindo a política de cotas aprovada em lei que é prioridade do Governo Federal. Cumprimos, assim, a nossa visão de inclusão”, afirmou a ministra da Saúde, Nísia Trindade. O Mais Médicos integra um conjunto de ações e iniciativas para o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS). É neste atendimento que 80% dos problemas de saúde são resolvidos.

O programa existe para enfrentar também desigualdades regionais. Leva médicos a regiões onde há escassez ou ausência de profissionais e investe na qualificação e formação, no intuito de resolver a questão emergencial do atendimento básico, mas também criando condições

para continuar a garantir um atendimento qualificado no futuro para aqueles que acessam cotidianamente o SUS.

REGIÕES

Quando considerados os números absolutos de médicos e médicas do programa, o Nordeste é a região com maior número de vagas ocupadas (8.362), seguido do Sudeste (7.435). Por estado, os três com maior número de profissionais são São Paulo (3.288), Minas Gerais (2.219) e Bahia (2.127).

Também são destaques os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). Há distritos, como o Yanomami, em Boa Vista (RR), que em dezembro de 2022 contava com oito profissionais do Mais Médicos. Em junho de 2024 são 36 ativos (crescimento de 350%). No Mato Grosso do Sul, o DSEI saltou de oito (em dez/22) para 39 profissionais ativos em junho de 2024 (crescimento de 387,5%).

“Goiás se consolida como estado mais seguro do Brasil”, diz Daniel Vilela

REDAÇÃO

Os avanços significativos na segurança pública do estado foram evidenciados pelo vice-governador de Goiás, Daniel Vilela, durante a apresentação dos dados do Observatório de Segurança Pública de Goiás. “Reconhecemos o trabalho de todas as forças de segurança ao longo dos últimos cinco anos. Goiás se consolida como estado mais seguro do Brasil, transformando a nossa sociedade, que hoje vive com tranquilidade, com dignidade e com muito orgulho dos nossos policiais”, afirmou.

O vice-governador exemplificou com os dados sobre roubo a carros, que em 2018 ocorria em média mil vezes ao mês. Já nos primeiros seis meses deste ano foram 374 ocorrências. “Não é à toa que tínhamos os valores mais altos de seguro do Brasil e conseguimos, em cinco anos, sob a liderança do governador Ronaldo Caiado e o trabalho inteligente, chegar agora à condição de ter o seguro mais



barato do país”, enfatizou.

Durante seu discurso, Daniel Vilela ainda apontou o impacto a redução dos índices de criminalidade alcançada na economia goiana. Segundo ele, Goiás tem atraído a atenção nacional e internacional, destacando-se como um lugar seguro para investimentos. “Os investidores podem vir que o estado garante a segurança e tranquilidade”, afirmou ao lembrar que se tornou comum pessoas de outros estados reconhecerem o modelo eficiente da segurança de Goiás.

DADOS

Os dados apresentados revelam um trabalho robusto das Forças de Segurança no primeiro semestre de 2024. Foram cumpridos 4.997 mandados de prisão e apreensão, abordados 584.937 veículos e 840.445 pessoas, recuperados 1.900 veículos com registro de furto ou roubo, realizadas 12.224 prisões em flagrante e desarticuladas 124 grupo de crime organizado. Além disso, 4.015 foragidos da Justiça foram recapturados, 2.319 armas de fogo apreendidas e mais de 12 toneladas de drogas retiradas das ruas.

Comissão aprova projeto para implementação de aulas híbridas na educação

REDAÇÃO

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou um Projeto de Lei (PL) que estabelece a oferta de ensino híbrido, combinando aulas presenciais e remotas, na educação básica, alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O texto aprovado é um substitutivo apresentado pelo relator, deputado Ismael (PSD-SC), para o Projeto de Lei 2497/21, de autoria da deputada Luisa Canziani (PSD-PR), junto com um projeto apensado. O relator manteve os objetivos principais da proposta original.

“O ensino híbrido é uma metodologia que combina aulas presenciais e remotas, utilizando uma série de ferramentas para suporte aos alunos e aos profissionais, inovando as formas tradicionais de ensinar”, anotou Ismael no parecer aprovado.

“A pandemia de Covid-19 impôs soluções como a educação híbrida, que não se confunde com a educação a distância, pois supõe a com-



plementariedade dos momentos em casa e na sala de aula”, disse Luisa Canziani.

Ensino híbrido

Conforme o substitutivo, o ensino híbrido é definido como uma metodologia que utiliza a conexão digital e as tecnologias disponíveis de forma transversal para alcançar os objetivos de aprendizagem, incluindo tanto atividades presenciais quanto remotas.

As atividades remotas devem ser planejadas para complementar as presenciais, garantindo a continuidade

curricular e promovendo a interação entre professores e alunos. A aprendizagem híbrida poderá ser implementada na educação básica a partir dos anos finais do ensino fundamental ou em situações de emergência reconhecidas por lei.

A regulamentação caberá ao Ministério da Educação e aos sistemas de ensino. O projeto prevê que a União, estados, Distrito Federal e municípios deverão colaborar para desenvolver políticas voltadas às escolas públicas, visando:



Decisão do STF sobre porte de maconha demanda novos procedimentos

REDAÇÃO

Os peritos criminais brasileiros aguardam o estabelecimento de novas orientações para o seu trabalho, quando tiverem que examinar maconha apreendida em pequena quantidade pela polícia. A demanda se dá após o Supremo Tribunal Federal (STF) definir que não é crime ter até 40 gramas de cannabis sativa ou seis plantas-fêmeas – que produzem flores ricas no composto psicoativo tetra-hidrocanabinol (THC).

“Com certeza, deverão estabelecer novos procedimentos, até mesmo para deixar bem caracterizada a situação que vai ficar provocada pela decisão”, aponta o perito criminal do estado do Mato Grosso Marcos Secco, presidente da Associação Brasileira de Criminalística, que representa peritos, médicos-legistas e odonto-legistas em todo o território nacional.

Nas sessões que julgaram um recurso extraordinário sobre a posse de pequenas quantidades de maconha, o STF determinou que se uma pessoa for flagrada usando a droga, a maconha será confiscada e o usuário levado à delegacia. O delegado não deverá determinar a prisão



Divulgação

em flagrante ou instaurar inquérito, mas registrar o fato como infração administrativa e liberar a pessoa, após notificá-la de que deverá comparecer em juízo para ser ouvida e, eventualmente, receber sanção de caráter não-penal.

A droga apreendida deverá ser examinada por peritos em laboratório para, por exemplo, identificar a substância e mensurar o volume. Segundo Marcos Secco, faltam definições quanto à obrigação de fazer a pesagem do entorpecente em balança certificada. Além de regras pontuais, o perito

imagina que será necessário preparar os laboratórios e os técnicos para nova rotina.

ADVERTÊNCIAS

Quem cometer a infração administrativa por porte de maconha poderá ser advertido sobre os efeitos da droga ou ter de frequentar curso a respeito. Contudo, o defensor público Bruno Shimizu, presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), aponta lacuna nesse encaminhamento.

“O STF entendeu que, enquanto não houver regulamentação desse procedi-

mento, a imposição dessas sanções continua a se dar em um processo judicial”. Em sua decisão, o Supremo aponta que as regras definidas pela corte valem enquanto o Congresso Nacional não criar uma nova lei sobre o assunto.

O STF também determina que o governo crie programas educativos sobre os riscos do uso de drogas e forneça tratamento à saúde para dependentes. Essas iniciativas devem envolver diferentes órgãos de Estado. Na articulação de grande parte dessas políticas públicas estará a Secreta-

ria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad), do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Para a advogada Lívia Casseres, coordenadora-geral de projetos especiais sobre drogas e justiça racial da Senad, a decisão do Supremo pode diminuir o estigma sobre as pessoas que consomem drogas e possibilita alcançar essas pessoas “com políticas de verdade preventivas, de promoção da saúde e do cuidado”. Segundo ela, além dos órgãos públicos, a elaboração dessas políticas envolverá a sociedade civil por meio do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad).

“Há vários pontos da decisão [do STF] que ainda [a Senad] não tem total clareza, por conta de ainda não ter sido publicado o acórdão da decisão. Tem muitas complexidades que vão precisar ser pensadas, acho que por todos os poderes do Estado”, diz a coordenadora.

IMPACTO RELATIVO

Além de lacunas quanto a procedimentos técnicos e indefinições para formulação de novas políticas públicas, há dúvidas e divergências sobre os efeitos da decisão. O advogado Cristiano Maronna,

diretor do Justa, um centro de pesquisa não-governamental sobre a Justiça, teme que o impacto da decisão do STF seja muito pequeno e que a resolução “muda algo para que tudo permaneça como está.”

Para ele, a decisão do Supremo mantém a pressuposição de que o caso é de tráfico, e não de uso recreativo, no testemunho do policial, ancorado em provas como o volume de droga apreendida e, eventualmente, a posse de embalagens, balanças ou registros de venda.

“O que realmente poderia mudar é qualificar a investigação criminal, chegar de fato a quem é traficante, a quem ganha dinheiro com isso, afinal, se for um negócio bilionário, não é possível que só prenda os miseráveis negros.”

O advogado Gabriel de Carvalho Sampaio, diretor de litigância e incidência da ONG Conectas Direitos, admite que “é preciso avançar muito mais”, mas diverge de Maronna e aponta que a decisão do STF tem efeito importante que parece simbólico, mas que tem muitos desdobramentos na realidade, que é o fato da Suprema Corte reconhecer as injustiças feitas pelo Judiciário e pela polícia na aplicação da lei de drogas.

Comissão do Senado adia votação de projeto que regulamenta cigarros eletrônicos

REDAÇÃO

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado voltou a adiar, nesta terça-feira (9), a votação do Projeto de Lei (PL) 5.008/2023, que regulamenta a produção, comercialização, fiscalização e propaganda de cigarros eletrônicos no Brasil. A votação do texto já havia entrado na pauta da reunião de 11 de junho, quando a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) apresentou requerimento de adiamento de discussão aprovado simbolicamente pelo colegiado.

Hoje, o tema entrou novamente na pauta da CAE, mas a votação foi adiada mediante requerimento de adiamento de discussão apresentado pelo senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR). Com isso, a previsão é que a matéria

entre na pauta de votação da comissão no dia 20 de agosto. Na sequência, o texto será analisado pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado.

O PL, de autoria da senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), estabelece uma série de exigências para a comercialização dos chamados dispositivos eletrônicos para fumar, incluindo apresentação de laudo de avaliação toxicológica para registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); cadastro na Receita Federal de produtos fabricados, importados ou exportados; e cadastro no Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

“A crescente utilização dos cigarros eletrônicos tem acontecido à revelia de qualquer regulamentação. Do



ponto de vista da saúde, não há controle sanitário sobre os produtos comercializados e as embalagens não apresentam advertências ou alertas sobre os riscos de sua utilização”, destaca o texto. O relator do projeto, senador Eduardo Gomes (PL-TO), acolheu emenda que dobra de R\$ 10 mil para R\$ 20 mil a multa para venda de cigarros eletrônicos para menores de 18 anos.

O projeto proíbe ainda a adição de vitaminas, cafeína, taurina, substâncias que possam dar cor ao aerossol, aditivos contendo vitamina E, óleos minerais, vegetais ou gordura animal ou outros considerados impróprios para aquecimento e inalação. Se aprovada a regulamentação, o consumo de cigarros eletrônicos estará sujeito às mesmas regras do cigarro convencional, sendo

proibido em locais fechados. A venda e o fornecimento do produto para menores de 18 anos continuará banida.

PROIBIÇÃO

No Brasil, a regulamentação de cigarros eletrônicos está sob responsabilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que, desde 2009, proíbe o produto. Em abril, a diretoria colegiada da agência optou por manter a vedação. Com a decisão, qualquer modalidade de importação desses produtos fica proibida, inclusive para uso próprio.

A resolução da Anvisa que mantém a proibição da fabricação, da importação, da comercialização, da distribuição, do armazenamento, do transporte e da propaganda de dispositivos eletrônicos para fumar pode ser acessada aqui.



França tem negociações difíceis por coalizão após vitória da esquerda

REDAÇÃO

O presidente da França, Emmanuel Macron, pediu nesta segunda-feira (8) ao primeiro-ministro Gabriel Attal que permaneça no cargo por enquanto, conforme se aguarda o que serão negociações difíceis para formar um novo governo depois de uma surpreendente conquista da esquerda nas eleições que resultaram em um Parlamento suspenso.

A Nova Frente Popular (NFP), de esquerda, emergiu como a força dominante na Assembleia Nacional após as eleições de domingo (7), frustrando a tentativa de Marine Le Pen de levar a extrema-direita ao poder.

No entanto, como nenhum grupo assegurou uma maioria de trabalho, o resultado anunciou um período de volatilidade política pouco antes dos Jogos Olímpicos de Paris e aumentou a incerteza entre os investidores sobre quem governaria a segunda maior economia da zona do euro.

“Não vai ser simples, não, não vai ser fácil, e não, não vai ser confortável”, disse a líder do Partido Verde, Marine Tondelier, à Rádio France Inter. “Vai



Reprodução

levar um pouco de tempo.”

O leque de possibilidades inclui a formação de um governo minoritário pela NFP ou de uma coalizão pesada de partidos com quase nenhum ponto em comum.

O primeiro-ministro Gabriel Attal, um centrista e aliado próximo de Macron, apresentou sua renúncia, mas o chefe de Estado a rejeitou. “O presidente pediu a Gabriel Attal que permaneça como primeiro-

ministro por enquanto, a fim de garantir a estabilidade do país”, informou o gabinete de Macron em um comunicado.

Um Parlamento fragmentado dificultará a aprovação de uma agenda interna e provavelmente enfraquecerá o papel da França na União Europeia.

A esquerda conquistou 182 cadeiras; a aliança de centro de Macron, 168; e o Reunião Nacional (RN), de Le Pen e seus aliados, 143, segundo da-

dos do Ministério do Interior citados pelo jornal Le Monde. Outros veículos jornalísticos fizeram contagens ligeiramente diferentes, e os números finais dependerão em parte da adesão de parlamentares individuais a diferentes grupos.

O ministro do Interior, Gérald Darmanin, foi visto entrando no palácio presidencial do Eliseu logo após Attal, sugerindo que o presidente estava avaliando a opinião de seus aliados

sobre o que fazer em seguida.

Os líderes dos partidos que compõem a NFP se reuniram durante a noite e devem se encontrar novamente hoje para discutir sobre quem deve substituir Attal e qual estratégia a aliança deve adotar, disse uma fonte do Partido Comunista, um de seus membros menores.

Marine Tondelier, uma das várias figuras da NFP vistas como possíveis candidatas ao cargo, disse na Rádio France In-

ter que poderia ser alguém do partido de extrema-esquerda França Insubmissa, dos Verdes ou dos Socialistas, os três maiores partidos da aliança.

Olivier Faure, o líder socialista, afirmou à Rádio France Info que espera que os partidos cheguem a um acordo sobre um plano nesta semana, mas se esquivou de uma pergunta sobre se a NFP estaria preparada para negociar um acordo com o campo centrista de Macron.

Jean-Luc Mélenchon, o líder da França Insubmissa, uma das figuras mais divisivas da política francesa, descartou explicitamente qualquer acordo com os centristas no domingo e, na segunda-feira, seu aliado Manuel Bompard pareceu intransigente.

No entanto, há pouca chance de que qualquer uma das principais propostas do bloco de esquerda, que incluem o aumento do salário mínimo, a reversão da reforma previdenciária de Macron e a limitação dos preços dos principais produtos, seja aprovada em uma votação parlamentar sem algum tipo de acordo com parlamentares de fora do bloco.



DIÁRIO DO ESTADO

Líder em publicações legais no Brasil

Publicações em jornal de grande circulação, Diário Oficial do Estado e Diário Oficial da União

(62) 3434-5546

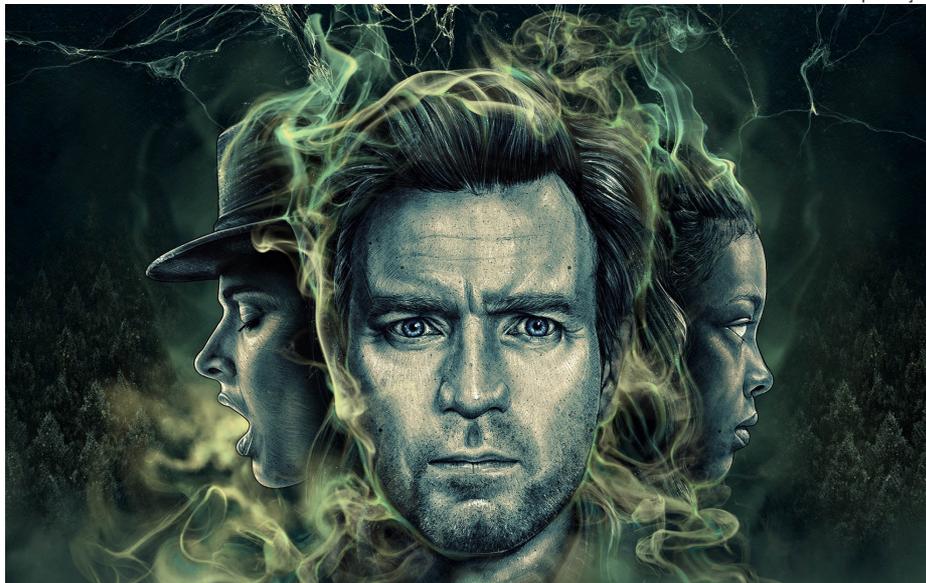


Como Doutor Sono corrigiu os erros de Kubrick em O Iluminado

REDAÇÃO

Apesar de ter sido elogiado pela crítica, Doutor Sono teve dificuldades em atrair a atenção do público durante sua exibição nos cinemas. No entanto, o diretor Mike Flanagan nunca perdeu a fé de que o projeto encontraria seu público, graças, em grande parte, ao apoio do icônico autor de terror, Stephen King.

Flanagan, conhecido por suas populares séries de terror como A Maldição da Residência Hill e Missa da Meia-Noite, recentemente revelou nas redes sociais a previsão que recebeu de Stephen King após Doutor Sono não ter um bom desempenho nas bilheteiras. Flanagan compartilhou um artigo do The Hollywood Reporter, que classificou as melhores sequências de filmes dos últimos 20 anos, e escreveu o seguinte em sua conta no X: "Após um fim de semana de estreia decepcionante nas bilheteiras, Stephen King previu que o tempo seria gentil com 'Doutor Sono' e eu adoro que ele continue encontrando e construindo seu público meio década depois."



Reprodução

JORNADA

Doutor Sono é tanto uma sequência de O Iluminado, de Stanley Kubrick, quanto uma adaptação do romance de King publicado em 2013. Ewan McGregor estrelou como Danny Torrance, que tenta seguir com sua vida adulta, ainda traumatizado pelos eventos que ocorreram no Hotel Overlook. Apesar de tentar deixar o passado para trás, Danny encontra uma garota chamada Abra (Kyliegh Curran), que possui o mesmo poder conhecido como "o

brilho", e se junta a ela na luta contra a poderosa e astuta Rose Cartola (Rebecca Ferguson). Embora tenha sido bem recebido pelos críticos, Doutor Sono foi uma decepção nas bilheteiras, arrecadando apenas \$31,6 milhões domesticamente, contra um orçamento de \$45 milhões, com um total mundial de \$72,4 milhões. Flanagan tinha planos de fazer outra sequência de O Iluminado, mas esses planos foram abandonados após o fraco desempenho de Doutor Sono nas bilheteiras.

O EXORCISTA

Flanagan se tornou uma das vozes mais influentes no gênero de terror. Seu trabalho é elogiado por críticos e fãs, o que abriu caminho para ele assumir uma das franquias mais icônicas do terror, O Exorcista. Flanagan não estava inicialmente envolvido na tentativa da Blumhouse de ressuscitar a franquia, mas após O Exorcista: O Crente ser duramente criticado e não atender às expectativas do estúdio, Flanagan foi chamado para corrigir o rumo da franquia.



Reprodução

Gamer e influenciador: por que Carlo Acutis virou o "santo da geração Z"

REDAÇÃO

O beato Carlo Acutis, conhecido como "influencer de Deus" e "padroeiro da internet", ganhou notoriedade após o papa Francisco reconhecer um milagre atribuído ao adolescente. Isso abre possibilidades para a canonização dele, que ainda não tem uma data definida.

O papa teve uma audiência com o prefeito de Dicastério das Causas dos Santos, o cardeal Marcello Semeraro, para tratar sobre a canonização dos beatos José Allamano, Marie-Léonie Paradis e Elena Guerra e Carlo Acutis. A data das canonizações será conhecida no consistório convocado pelo Santo

Padre, no dia a ser definido.

O papa Francisco afirmou em um evento que o testemunho de Carlo, que não se deixou abater pela doença, "mostra aos jovens de hoje que a verdadeira felicidade se encontra pondo Deus em primeiro lugar e servindo-o nos irmãos, especialmente nos últimos. Um aplauso ao novo jovem beato da geração atual".

Carlo poderá ser chamado de santo e venerado com o culto litúrgico somente após a canonização. A Vatican News informou que a festa de Acutis é celebrada no mesmo dia de Nossa Senhora Aparecida, por causa de um milagre atribuído a ele ter acontecido em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, em 2020.



edredom & pipoca

Dicas pra você que adora curtir um filme em baixo do edredom...

edredomepipoca.com.br

@edredomepipoca

